



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

24/10/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Veja as regras de transição para se aposentar após a reforma de 2019

A reforma da Previdência entrou em vigor em novembro de 2019 e, com ela, foram criadas regras de transição para os trabalhadores que já contribuía com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), mas ainda não tinham atingido as exigências para se aposentar antes das mudanças nos benefícios.

As regras de transição conciliam tempo de contribuição e idade e alteram uma das partes que mais interessa ao trabalhador: o cálculo da aposentadoria.

Até a reforma, a média salarial —base para calcular o valor da aposentadoria— era obtida com os 80% maiores salários entre julho de 1994 e o mês anterior ao pedido.

Depois de 13 de novembro de 2019, o cálculo da média leva em consideração todos os salários de contribuição desde julho de 1994 até o mês anterior do pedido. É preciso somar os salários e dividir pelo total de meses em que houve contribuição ao INSS para chegar a ela.

No pedágio de 50%, há incidência do fator previdenciário. No de 100%, é pago o valor final da média salarial.

Por exemplo, se Maria contribuir por 15 anos e tiver uma média de R\$ 2.500, a aposentadoria dela será 60% da média, o que daria R\$ 1.500.

Se, após aplicar o redutor, o valor for inferior a um salário mínimo, o INSS pagará o piso nacional, pois nenhuma aposentadoria pode ser inferior ao piso. Já a quantia máxima paga é chamada de teto previdenciário, estipulado pelo governo e que muda todo ano.

A pessoa que quiser ter 100% da média salarial, ou seja, aposentadoria integral, terá de contribuir por pelo menos 40 anos (homens) e 35 anos (mulheres).

O valor ainda pode sofrer redução pela regra do divisor mínimo, que foi recriada em 5 de maio de 2022, por meio da lei 14.331, e também pelo fator previdenciário, no caso de quem se aposentar pelo pedágio de 50%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 24 de outubro.

Justiça libera R\$ 2 bilhões para pagar atrasados a aposentados do INSS

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 2 bilhões para pagar atrasados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a aposentados, pensionistas e demais beneficiários que venceram ações contra o órgão previdenciários e tiveram a quitação dos valores autorizada pelo juiz no mês de setembro.

O montante irá quitar as chamadas RPVs (Requisições de Pequeno Valor), que são atrasados de até 60 salários mínimos —hoje em R\$ 79,2 mil— em 95,5 mil processos, beneficiando 122,7 mil segurados.

As RPVs envolvem, além de processos de aposentadoria, pensão e auxílios, a concessão ou a revisão de benefícios assistenciais, como é o caso do BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Para receber, o processo tem que ter chegado totalmente ao final, e a ordem de pagamento o juiz deve ser algum dia do mês de setembro.

O dinheiro é depositado em conta aberta em nome do cidadão ou de seu advogado conforme o cronograma de cada TRF (Tribunal Regional Federal).

Para saber quando vai receber, o segurado pode consultar o seu advogado ou fazer a consulta no site do TRF responsável pelo seu processo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 24 de outubro.

Proposta para alterar saque-aniversário do FGTS será enviada nos próximos dias, diz ministro

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta segunda-feira (23) que a proposta que muda as regras do saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) vai ser encaminhada ao Congresso Nacional no "mais tardar" semana que vem.

Marinho acrescentou que sua pasta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Ministério da Fazenda vão se reunir ainda nesta semana para "bater o martelo".

A medida, no entanto, ainda enfrenta resistência em alguns setores do governo e por isso sua tramitação está se prolongando.

Marinho teve uma reunião nesta segunda-feira (23) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Foi o primeiro evento no Palácio do Planalto do mandatário, após ter passado por uma cirurgia no quadril e nas pálpebras.

Após o evento, o ministro do Trabalho e Emprego afirmou que a decisão sobre a proposta referente ao saque-aniversário do FGTS sai nos próximos dias.

"Nós vamos despachar com o presidente, conjuntamente com Casa Civil, Caixa [Econômica Federal] e [Ministério da] Fazenda nos próximos dias, provavelmente ainda nesta semana, para bater o martelo final", afirmou o ministro a jornalistas.

"Batendo o martelo, provavelmente nesta semana, mais tardar semana que vem [será encaminhado o projeto de lei ao Congresso]", completou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 24 de outubro.

Preço da gasolina recua pela oitava semana seguida nos postos, diz ANP

Os preços dos alimentos voltaram a subir no campo neste mês, mas ainda estão bem distantes do patamar elevado de há um ano. Em outubro, oito deles tiveram reajustes em relação a setembro, considerada a média dos preços. Quatro estão em queda. Na comparação de 12 meses, apenas açúcar e arroz estão com aceleração.

A recuperação de preços neste mês ocorre porque há oferta menor de vários produtos e continuidade da demanda, principalmente a vinda do exterior. Os preços externos recuam, na média, mas em alguns produtos, como arroz e açúcar, servem de pressão para alta interna.

Esse acerto de preços deverá reduzir o ritmo de queda dos alimentos no índice de inflação. Pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) já indica essa tendência. No final de setembro, os alimentos tiveram uma deflação média de 0,78% para os paulistanos. Na segunda quadrissemana (últimos 30 dias até 15 de outubro), a queda é de 0,34%.

O clima será um componente importante nessa evolução de preços. A safra de 2023 foi recorde, e a de 2024 também promete ficar próxima à deste ano. O clima, no entanto, é um fator de incerteza e pode interferir na produtividade.

A colheita de trigo, um produto básico no dia a dia do consumidor brasileiro, começa a ficar comprometida por temperaturas elevadas e excesso de chuva no Rio Grande do Sul. Esses fatores afetam a qualidade do cereal, permite o alastramento de doenças e reduz a produção.

Algumas consultorias, que previam um volume próximo de 11 milhões de toneladas neste ano, já reduziram as estimativas de produção nacional de trigo para 10,4 milhões. Até o Paraná, menos afetado por chuvas e que faz uma colheita anterior à do Rio Grande do Sul, está colhendo um volume menor do que se previa.

Além de colher menos, o produtor encontra uma realidade de preços bem diversa da de um ano atrás, quando a tonelada estava a R\$ 1.782. Neste mês, a comercialização é feita a R\$ 1.016 no Paraná, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 24 de outubro.